

# Sumário

**Abreviaturas utilizadas nas referências e nos comentários ..... 19**

**Capítulo I – Princípios Fundamentais do Direito Ambiental ..... 21**

I.	Introdução .....	21
II.	Princípio do desenvolvimento sustentável.....	24
III.	Princípio do ambiente ecologicamente equilibrado como direito fundamental da pessoa humana .....	31
IV.	Princípio da prevenção e da precaução .....	34
V.	Princípio do poluidor-pagador .....	45
VI.	Princípio do usuário-pagador .....	50
VII.	Princípio da obrigatoriedade de atuação (intervenção) estatal/ Princípio da natureza pública da proteção ambiental .....	53
VIII.	Princípio da participação comunitária (popular)/Princípio democrático .....	55
IX.	Princípio da informação .....	58
X.	Princípio da educação ambiental .....	61
XI.	Princípio da função socioambiental da propriedade.....	63
XII.	Princípio da cooperação entre os povos.....	67
XIII.	Princípio do controle do poluidor pelo poder público / Princípio do limite .....	68

XIV. Princípio da vedação do retrocesso ecológico/Efeito <i>cliquet</i> ambiental.....	69
XV. Princípio do protetor-recebedor.....	71

## **Capítulo II – O meio ambiente na Constituição de 1988 ..... 75**

I. Competências constitucionais em matéria ambiental .....	75
I.1 Introdução.....	75
I.2. A competência legislativa em matéria ambiental.....	76
I.2.1 Competência legislativa privativa .....	76
I.2.2 Competência legislativa exclusiva.....	79
I.2.3 Competência legislativa remanescente (ou reservada) .....	80
I.2.4 Competência legislativa concorrente.....	81
I.2.4.1 Competência legislativa concorrente supletiva ou plena .....	84
I.2.5 Competência legislativa suplementar ou complementar .....	90
I.3. A competência material (ou administrativa) em matéria ambiental.....	95
I.3.1 Competência material exclusiva.....	95
I.3.2 Competência material comum .....	97
II. O capítulo do meio ambiente na Constituição de 1988 (art. 225).....	105

## **Capítulo III – Política Nacional do Meio Ambiente (Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981) ..... 133**

Da política nacional do meio ambiente.....	134
Dos objetivos da política nacional do meio ambiente.....	142
Do sistema nacional do meio ambiente.....	147
Dos instrumentos da política nacional do meio ambiente.....	160

1.	Instrumentos da PNMA.....	160
1.1	O estabelecimento de padrões de qualidade ambiental (inciso I).....	161
1.2	O zoneamento ambiental (inciso II).....	161
1.3	A avaliação de impactos ambientais – AIA (inciso III)....	164
1.3.1	Estudo Prévio de Impacto Ambiental (EIA ou EPIA)....	166
1.4.	O licenciamento e a revisão de atividades efetiva ou potencialmente poluidoras (inciso IV).....	179
1.4.1	Conceito.....	180
1.4.2	Tipos de licenças ambientais.....	182
1.4.3	Competência para licenciar.....	184
1.4.4	Prazos de análise para a concessão das licenças ambientais.....	197
1.4.5	Prazos de validade das licenças (revisão de atividades potencialmente poluidoras).....	198
1.4.6	Modificação, suspensão e cancelamento da licença ambiental.....	199
1.5	A criação de espaços territoriais especialmente protegidos pelo Poder Público federal, estadual e municipal (inciso VI).....	204
1.6.	Sistema Nacional de Informações sobre o Meio Ambiente (inciso VII).....	205
1.7.	Instrumentos econômicos, como concessão florestal, servidão ambiental, seguro ambiental e outros (inciso XIII).....	205

**Capítulo IV Código Florestal (Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012) ..... 249**

Capítulo I Disposições Gerais ..... 249

Capítulo II Das áreas de preservação permanente ..... 261

Seção I Da Delimitação das Áreas de Preservação Permanente .....	261
Seção II Do Regime de Proteção das Áreas de Preservação Permanente...	269
Capítulo III das áreas de uso restrito .....	277
Capítulo III-A (Incluído pela Lei nº 12.727, de 2012). do uso ecologicamente sustentável dos apicuns e salgados.....	278
Capítulo IV Da área de reserva legal .....	280
Seção I Da Delimitação da Área de Reserva Legal.....	280
Seção II Do Regime de Proteção da Reserva Legal.....	285
Seção III Do Regime de Proteção das Áreas Verdes Urbanas .....	296
Capítulo V Da supressão de vegetação para uso alternativo do solo .....	296
Capítulo VI Do cadastro ambiental rural.....	298
Capítulo VII Da exploração florestal.....	301
Capítulo VIII Do controle da origem dos produtos florestais.....	306
Capítulo IX Da proibição do uso de fogo e do controle dos incêndios.....	308
Capítulo X Do programa de apoio e incentivo à preservação e recuperação do meio ambiente.....	311
Capítulo XI Do controle do desmatamento.....	320
Capítulo XII Da agricultura familiar.....	322
Capítulo XIII Disposições transitórias.....	326
Seção I Disposições Gerais.....	326
Seção II Das Áreas Consolidadas em Áreas de Preservação Permanente...	330
Seção III Das Áreas Consolidadas em Áreas de Reserva Legal .....	337
Capítulo XIV Disposições complementares e finais.....	346
<b>Capítulo V – Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC (Lei nº 9.985, de 18/07/2000) .....</b>	<b>353</b>
Capítulo I Das disposições preliminares.....	353

Capítulo II Do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC.....	358
Capítulo III Das categorias de unidades de conservação.....	363
Capítulo IV Da criação, implantação e gestão das unidades de conservação.....	405
Capítulo V Dos incentivos, isenções e penalidades.....	441
Capítulo VI Das reservas da biosfera .....	442
Capítulo VII Das disposições gerais e transitórias .....	444
<b>Capítulo VI – Lei de Crimes Ambientais (Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998) .....</b>	<b>459</b>
Capítulo I Disposições gerais.....	466
Capítulo II Da aplicação da pena .....	480
Capítulo III Da apreensão do produto e do instrumento de infração administrativa ou de crime .....	502
Capítulo IV Da ação e do processo penal.....	504
Capítulo V Dos crimes contra o meio ambiente.....	510
Seção I Dos Crimes contra a Fauna.....	511
Seção II Dos Crimes contra a Flora.....	527
Seção III Da Poluição e outros Crimes Ambientais.....	538
Seção IV Dos Crimes contra o Ordenamento Urbano e o Patrimônio Cultural.....	546
Seção V Dos Crimes contra a Administração Ambiental.....	553
Capítulo VI Da infração administrativa.....	557
Capítulo VII Da cooperação internacional para a preservação do meio ambiente .....	568
Capítulo VIII Disposições finais.....	569

**Capítulo VII – Competência Envolvendo Crimes Ambientais ... 573****Capítulo VIII – Política Nacional de Recursos Hídricos  
(Lei 9.433, de 08 de janeiro de 1997) ..... 591**

TÍTULO I Da Política Nacional De Recursos Hídricos.....	591
Capítulo I Dos Fundamentos.....	591
Capítulo II Dos Objetivos.....	595
Capítulo III Das Diretrizes Gerais de Ação.....	596
Capítulo IV Dos Instrumentos.....	597
Seção I Dos Planos de Recursos Hídricos.....	598
Seção II Do Enquadramento dos Corpos de Água em Classes, Segundo os Usos Preponderantes da Água.....	600
Seção III Da Outorga de Direitos de Uso de Recursos Hídricos.....	601
Seção IV Da Cobrança do Uso de Recursos Hídricos.....	610
Seção V Da Compensação a Municípios.....	614
Seção VI Do Sistema de Informações sobre Recursos Hídricos.....	614
Capítulo V Do Rateio de Custos das Obras de Uso Múltiplo, de Interesse Comum ou Coletivo.....	615
Capítulo VI Da Ação do Poder Público.....	616
Título II Do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos.....	618
Capítulo I Dos Objetivos e da Composição.....	618
Capítulo II Do Conselho Nacional de Recursos Hídricos.....	619
Capítulo III Dos Comitês de Bacia Hidrográfica.....	621
Capítulo IV Das Agências de Água.....	624
Capítulo V Da Secretaria Executiva do Conselho Nacional de Recursos Hídricos.....	626
Capítulo VI Das Organizações Civas de Recursos Hídricos.....	626

Título III Das Infrações e Penalidades .....	627
Título IV Das Disposições Gerais e Transitórias.....	629
<b>Capítulo IX – Política Nacional sobre Mudança do Clima (Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009) .....</b>	<b>631</b>
<b>Referências .....</b>	<b>651</b>